



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006926-43.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Meio Ambiente**  
 Requerente: **Alexandre Ferrari Vidotti e outro**  
 Requerido e Impetrado: **COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO CETESB**  
**AGENCIA AMBIENTAL DE SÃO CARLOS e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por ALEXANDRE FERRARI VIDOTTI e GISLAINE BOTAN ROSA FERRARI VIDOTTI, contra ato da GERENTE DA COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB – AGÊNCIA AMBIENTAL DE SÃO CARLOS, sob o fundamento que lhes feriu direito líquido e certo, ao lhes indeferir o pedido de supressão parcial de vegetação nativa para a realização de aceiros, cercamento e abertura de área para oportuna construção/uso da propriedade por eles adquirida, classificada como lote n. 80, aprovada pelo IBRA e desmembrada do Sítio da Pedras, integrante do Loteamento Recreio Campestre, situada nesta cidade de São Carlos, com área total de 8.600 m2, mediante escritura devidamente registrada.

Sustentam que o indeferimento administrativo viola a legislação municipal (Lei Municipal 13.944/2006); que o loteamento integra área urbana há quarenta anos, inexistindo proibição absoluta de uso e que há violação, também, da Lei Estadual 13.550/2009, que permite a supressão, desde que observado o Plano Diretor e preservados no mínimo 20% da propriedade.

A CETESB requereu o seu ingresso no feito e apresentou informações (fls. 106), sustentando que nenhuma ilegalidade foi praticada, pois há manifesta impossibilidade de se autorizar a supressão de vegetação, à luz da Lei Estadual nº 13.550/09, que se sobrepõe à legislação municipal.

O Ministério Público apresentou parecer a fls. 147, alegando inadequação da via eleita e opinando pela denegação da ordem.

Nos termos do disposto no inciso II do artigo 7º da Lei nº 12.016 foi admitido o ingresso no feito da CETESB, como assistente litisconsorcial (fls. 157).

**É o relatório.**

**Passo a fundamentar e decidir.**

Observo, inicialmente, que a prova existente nos autos é suficiente para o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

julgamento do pedido. Contudo, a situação enfocada não permite seja concedida a segurança pleiteada.

Os impetrantes admitem que 70% do imóvel é composto por cerradão e cerrado "estrito senso", em estágio médio de regeneração, tanto que fazem menção ao laudo de vistoria realizado na presença do Promotor de Justiça, policiais ambientais e do técnico da URAT São Carlos, constante de fls. 81 e informam que fizeram adequação do pedido administrativo de supressão de vegetação em função de referida vistoria.

Por outro lado, ainda que se considere que o imóvel é urbano, pelo fato ser tributado por IPTU (fls. 33), o que é questionável, já que o Município o coloca como pertencente à "Macrozona de Uso Multifuncional **Rural**" (fls. 44) (negritei), há peculiaridade relevante que afasta a aplicação do artigo 8º da Lei Estadual 13.550/2009, pois está situado em área de manancial de abastecimento público da Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Feijão (fls. 44) e, nessa situação, a lei acima mencionada veda expressamente a supressão de vegetação do cerrado.

Há que preponderar, aqui, no âmbito dos interesses em conflito, a proteção ao meio ambiente, diante da crise hídrica que assola o Estado de São Paulo, a fim de se assegurar a sua preservação para as presentes e futuras gerações, conforme ressoa do mandamento constitucional (art. 225 CF) em respeito, ainda, os princípios da prevenção e precaução.

Se por um lado o artigo 8º da Lei de Proteção ao Cerrado (nº 13.550/2009) estabelece que:

Art. 8º - Nas áreas **urbanas**, a supressão da vegetação do Bioma Cerrado para parcelamento do solo ou qualquer edificação, observado o disposto no plano diretor do Município e demais normas aplicáveis, dependerá de prévia autorização do órgão ambiental competente e deverá atender os seguintes requisitos (...), por outro, o artigo 5º do mesmo diploma legal estabelece:

Art 5º - É **vedada** a supressão da vegetação em qualquer das fisionomias do Bioma Cerrado nas seguintes hipóteses:

I - abrigar espécies da flora e da fauna silvestre ameaçadas de extinção quando incluídas nas seguintes categorias, conforme definidas pela IUCN - União Internacional para Conservação da Natureza:

- a) regionalmente extinta;
- b) criticamente em perigo;
- c) em perigo;
- d) vulnerável;

**II - exercer a função de proteção de mananciais e recarga de aquíferos;** (negritei)

III- formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração

IV- localizada em zona envoltória de unidade de conservação de proteção integral e apresentar função protetora da biota da área protegida conforme definido no plano de manejo;

V- possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelo Poder Público;

VI- estiver situada em áreas prioritárias para conservação, preservação e criação de unidades de conservação determinadas por estudos científicos oficiais ou atos do poder público em regulamentos específicos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

Note-se, assim, que o artigo 5º é especial em relação ao 8º, pois prevê hipóteses específicas nas quais não pode haver a supressão, independentemente de o imóvel se situar na zona urbana ou rural, devido à sua relevância para a proteção de áreas de especial interesse.

É norma especial, ainda, em relação às Leis Municipais e ao Plano Diretor e sobre elas deve prevalecer

Ressalte-se, ademais, que a área em questão está inserida na APA do Corumbataí o que também demanda maior necessidade de preservação.

Diante do quadro apresentado, não se verifica ilegalidade ou abuso de poder passível de correção por esta via.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido e **DENEGO A SEGURANÇA**, arcando os impetrantes com as custas processuais.

Sem honorários advocatícios ante o que dispõe a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça.

**P. R. I.**

São Carlos, 03 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**